

# CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

---

## A PROPÓSITO DA HISTÓRIA DE ISRAEL DE M. A. BEEK (\*).

---

**JORGE CESAR MOTA**

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O Professor M. A. Beek, da Universidade de Amsterdão, publicou em 1957 um pequeno, mais excelente livro, sobre a história do Israel bíblico, com o título *Geschiedenis van Israel*. Seis anos depois, em tradução de Arnold J. Pomerans, a obra surge em língua inglesa, da qual o Sr. Jorge E. M. Fortes a verteu para o vernáculo para a Editora Zahar que a trouxe a lume em 1967.

Trata-se de um livro realmente bom, como introdução ao estudo da história do povo bíblico, de Abrão a Bar Cochba; valendo-se basicamente dos dados fornecidos pela, no caso,

“principal fonte de consulta do historiador” (p. 9),

vale dizer, o Antigo Testamento.

O Autor não pretende tratar do seu assunto com a extensão nem a profundidade com que o fizeram Rudolf Kittel, Noth, Osterley e Robinson, Pedersen, Albright, Alt, De Vaux, John Bright e tantos outros. Escreveu um livro modesto, no tom e na substância, o que não o impediu de realizar uma bem feita síntese dos principais acontecimentos históricos e dos dados essenciais à compreensão da vida e das circunstâncias sociais, políticas e religiosas daquele povo, realmente plena de interesse e de agradável leitura.

Honesto e arguto, Beek não esconde as falhas de informação das fontes, com seus enganos e discrepâncias, nem deixa à margem da

---

(\*) — BEEK (M. A.). — *História de Israel*. Tradução de Jorge E. M. Fortes. 184 pp. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1967.

crítica e do comentário os historiadores que o precederam e de quem por vezes discrepa num ou noutro ponto.

De sua maneira de ver o “sentido” da história de Israel, escreve o Autor, logo na Introdução:

“... ele (o Antigo Testamento) não foi escrito como uma história dos feitos e crenças de Israel e sim como a narrativa das intervenções de Deus nessa história. Assim como os Evangelhos não nos dão material para uma reconstituição completa da vida de Jesus, o Velho Testamento não nos fornece um relato completo dos acontecimentos históricos que narra.

Os historiadores estudam as relações humanas nos campos político, social e econômico. Os atos históricos de Deus não se deixam prender nessa moldura de referência, porque até mesmo os eruditos que sustentam ser qualquer história (e não apenas a de Israel) dirigida por uma força superior evitam explicar os acontecimentos históricos como atos diretos de Deus. Têm que impedir que suas convicções religiosas dêem côr às suas descobertas puramente históricas, para não cometerem o erro de adotar seu julgamento falível como a expressão da onisciência divina. O historiador deve assemelhar-se ao inspetor de polícia de G. K. Chesterton que, ouvindo de um ferreiro, acusado de assassinato, que fôra o próprio Deus que abatera a vítima com o martelo da sua ira, respondeu: “Esse agente está fora da minha jurisdição”. “O historiador deve deixar a discussão da influência de Deus na história ao teólogo ou ao filósofo”. E adiante: “Já se disse que Israel foi o primeiro povo a ter uma história escrita. Contudo, os israelitas escreveram história apenas para gravar os grandes atos (divinos) de misericórdia e salvação. A sua história foi uma fonte não só de consolo, mas também de promessa para o futuro. Todas as histórias que desprezaram esse fato são mera sucessão de dados aparentemente desconexos. Assim, a história de Israel que omitir a fé dos profetas, simplesmente porque o escritor considera essa fé como irracional, será inconcebível e, de qualquer maneira, completamente sem importância. O Salmo 78 pode, talvez, ferir escrúpulos adquiridos, quando ele apresenta a história, pura e simplesmente, como a proclamação dos atos de Deus, e, não obstante, ele pinta, acuradamente, o fundo da tela da história de Israel” (pp. 9-11).

A orelhá da capa informa que a obra abrange a história do povo de Israel

“desde os seus primórdios até a fundação do Estado de Israel, em 1949”.

o que absolutamente não é exato. O Autor, fiel ao sub-título restritivo — *From Abraham to Bar Cochba* — que incompreensivelmente a edição brasileira omitiu, trata daquela história mantendo-se rigorosamente nos limites dos tempos bíblicos (p. 9), incluindo-se o final do período persa e o helenístico, nos quais se escreveram alguns dos livros canônicos e os pseudo-epígrafes (ou apócrifos como lhes chamam os protestantes) até 132-135 A.D.; portanto, ainda no espaço espiritual dos tempos bíblicos, no sentido neo-testamentário, quando se deu a revolta dos judeus chefiados por Simão ben Cochba. Na última página do livro, em apenas três linhas do penúltimo parágrafo, o Autor faz simplesmente uma rápida referência à fundação do Estado de Israel em 1949. Entre essa data e o ano 135 da nossa era medeiam nada menos que dezoito séculos, que o Autor teria inexplicavelmente passado em silêncio se fosse verdadeira a notícia que apresenta a obra na orelhã da capa. Tal não é, porém, infelizmente, o único defeito da edição brasileira do notável livro de Beek. O Texto está repleto de erros de vária espécie, alguns provavelmente de revisão, mas outros, mais ou menos graves, de tradução e de linguagem.

Ao cumprir o seu dever, apontando algumas dessas falhas, o crítico sente-se obrigado a confessar que, no tocante à sua apresentação em vernáculo, a leitura do livro lhe causou uma crescente sensação de desconforto em razão da discrepância entre a agradável impressão de ter diante de si um excelente tradutor, de estilo ameno e correção de linguagem — coisa hoje um tanto rara — e, ao mesmo tempo, o mal-estar provocado pelos desacertos inadmissíveis no mesmo escritor. Deixaremos de lado os erros ou deslises de linguagem, em menor número e, geralmente, de menor importância. Os de tradução, porém, são mais sérios porque, obviamente, o pensamento do Autor não é transmitido com a maior fidelidade possível, e as informações acabam deturpadas. Passemos em revista alguns casos.

O Autor havia traduzido corretamente o sentido do termo hebraico *teraphim* por *household gods*, isto é, ídolos familiares, e não simplesmente ídolos quaisquer. Isso é importante porque, segundo alguns intérpretes, entre eles Beek, a posse dessas imagens domésticas era um sinal de direito a herança.

A pág. 49, diz-se que os israelitas, logo após terem chegado à Palestina, tornaram-se, como povo, excepcionalmente “instruído” e que, essa “instrução”, eles a deviam à escrita dos cananeus, o que, de fato, resulta num absurdo. O que está no original é que eles se tornaram “um povo excepcionalmente alfabetizado”. A escrita simples dos povos vizinhos, muito mais fácil de aprender do que os cuneiformes e os hieróglifos, concorreu para a alfabetização dos israelitas.

À pág. 65 (cf. original pág. 79), nota 57, a oração *very complicated problems are involved* teve o seu sentido alterado porque aquilo a que se refere é toda a questão a que o Autor vinha aludindo: muitos problemas estão aí implicados. Como está, os problemas advieram da posição assumida pelo Autor diante do assunto tratado.

A pág. 68 diz-se que a riqueza do rei Salomão se baseava “não só em pilhagem, mas também no comércio”. No texto inglês não é isso que está, mas sim que não era em pilhagem — *not on booty* —, mas sim no comércio (cf. orig. pág. 82).

Na nota 81 da pág. 88 falta a tradução de dois elementos do texto incluído por Pritchard em ANEP (*The Ancient Near East in Pictures relating to the Old Testament*), que o nosso Autor transcreve. E um desses elementos é inadequadamente posto no plural.

Citando Ezequiel, o Autor fala da reconstrução do Templo, mas a tradução diz *construção*. Entre um e outro fato há uma distância de quatro séculos (V. pág. 113).

No último parágrafo da pág. 146 há pelo menos quatro erros de tradução que passamos de largo, mas na pág. seguinte, na nota 135, há algo sobre que não se pode silenciar. *A heathen altar was placed facing the image*. O nosso tradutor diz: “o bárbaro foi posto em frente à imagem” (cf. orig. pág. 172). Na mesma página, chama-se o grande São Jerônimo pela forma que lhe dá a língua inglesa: Jerome.

A pág. 154, em vez de “o conflito atingiu o ponto culminante (*came to a head*), diz-se que se “positivou”, o que evidentemente não é a mesma coisa.

A pág. 162 (cf. orig. pág. 190), *they* (Hircano II e Aristóbolo II, filhos da rainha Alexandra) *called on Pompey*. Eles apelaram a Pompeu. Mas ficou assim: “Eles chamaram Pompeu”.

No que toca às citações bíblicas, cabem também algumas observações. O Sr. Fortes tinha, sem dúvida, um problema a resolver: utilizar um texto da Bíblia Sagrada em vernáculo ou proceder ele próprio à tradução do texto utilizado pelo tradutor inglês, a *Revised Standard Version*, aliás uma das melhores traduções modernas das Escrituras. Este, naturalmente, deveria ter sido o caminho adotado. Mas optou pelo primeiro. Esperava-se, então, que, feita aquela escolha, preferisse, dentre as traduções existentes em nossa língua, a que mais se aproximasse da utilizada pelo original. O tradutor elegeu a menos indicada para o caso: a que o Pe. Mattos Soares fez, pelos

anos 30, não dos originais hebraico e grego, mas do latim da Vulgata. O Pe. Mattos Soares, não há negar, realizou uma notável obra no sentido de que cumpriu magnificamente a tarefa que se propôs, como se depreende do Prólogo: oferecer à Igreja uma tradução fiel da adotada oficialmente por Roma, vale dizer, a Vulgata de São Jerônimo. Deveria o Sr. Fortes ter feito diretamente a tradução do texto inglês, recorrendo, nos casos de dúvida, à consulta de outras traduções modernas, como a *Bible de Jerusalem*, cuja primeira edição foi publicada em Paris ha cerca de 20 anos, a de Nácar-Colunga (Madrid, 1953), e a de Almeida (Lisboa-Rio, 1951) em revisões recentes.

O texto de Mattos Soares, como o mais antigo de Antônio Pereira de Figueiredo, também feito a partir da Vulgata, é deficiente em dois sentidos: por um lado, em certos trechos, arcaizante: por outro, menos fiel aos originais. Um só texto basta para ilustrar os dois pontos: Juízes 1,19. A tradução inglesa do nosso livro cita-o à pág. 42: ... *because they have charriots of iron*, como está na *Revised Standard Version*. Assim está também nas traduções referidas linhas atrás e na *New English Bible* (Oxford-Cambridge, 1970). "... porque tinham carros de ferro", como está no hebraico. Ora, Mattos Soares reza: "... porque eles tinham muitas carroças falcadas". A razão pela qual os israelitas preferiam combater os cananeus nas montanhas e não nas planícies não era a de estes possuírem carroças, mesmo sendo elas falciformes, isto é, em forma de foice, mas sim porque tinham carros de guerra e feitos de ferro, (no hebraico: *reqeb barzel lahem*: literalmente, "tinham carros de ferro" o que pode significar que os tais carros eram chapeados com ferro ou também armados com foices desse metal. Constitui essa notícia de que havia então povos em Canaã que trabalhavam o ferro e forjavam armas com esse metal, informação importante para o estudo não só da história social do povo hebreu no período dos Juízes, mas também para a determinação da data dos acontecimentos. Sabe-se hoje que foi só a partir do século XII A.C. que o ferro passou a ser usado para a fabricação de armas de guerra. Desse texto se conclui, portanto, que a conquista e o estabelecimento dos israelitas na Palestina levaram muito mais tempo do que até há pouco se imaginava. A nada nos levava aquela versão de que a forma das carroças era *falcata*. Daí não se podia concluir necessariamente que elas fossem fabricadas, no todo ou em parte, daquele material. Mas, estivesse correta a tradução do hebraico, ainda assim restaria a questão da obsolescência.

Vejamos agora o problema da transcrição dos nomes próprios. Primeiro, daqueles em que o tradutor segue a esteira do Pe. Mattos

Soares. A pág. 58, onde o Autor havia dito (orig. pág. 69), como está na R. S. V., “Goliath foi morto por El-hanan”, põe o tradutor o que diz M. S.: “por Adeodato”. Poderia ter dito Teodoro. Mas a questão é que o homem era hebreu e tinha um nome hebraico. Ademais, há vários nomes próprios no Antigo Testamento que têm esse mesmo sentido, mas cada um deles tem a sua individualidade, se assim me posso exprimir. Normalmente, os nomes próprios, ao serem transpostos a outra língua, dizem-se como são, apenas submetendo-se a uma formal adaptação vernácula.

A pág. 79, o tradutor não traduz o texto de 1 Reis 15, 13: *had an abominable image made for Asherah*. É Mattos Soares que lhe acode de novo: “tinha uma imagem abominável de Priapo”. Aqui o caso é mais sério. Pretendeu o tradutor da Bíblia achar um deus mitológico de cultura diferente que correspondesse à divindade cananita, e o que resultou foi um absurdo. Há certamente alguma semelhança entre esses deuses de áreas culturais tão distantes: o carácter a um tempo erótico e agrário do seu culto. Priapo, cuja característica principal era a sua deformidade obscena, era o deus mais importante de Lampsaco, e só tardiamente conquistou um lugar modesto na mitologia grega, no período clássico, mas só na época helenística a sua adoração se difundiu, não apenas na Grécia como também na Itália, do que dá testemunho, ainda hoje, a presença da sua grotesca figura nas casas de Pompéia. Nenhuma relação teve Priapo com a cultura hebraica nem com a ugarítica. É para mim um mistério o aparecimento desse pobre e ridículo deuzinho num texto das Escrituras. Ademais, a passagem fala, como inúmeras outras, de uma deusa. Asherá tornava-se um substantivo comum quando era usado para representar algum objeto ligado ao seu culto, como as pequenas imagens, ou pilares de pedra, troncos de árvores ou mesmo os bosques que lhe eram dedicados. Vê-se bem isso em 2 Reis 18, 4 a que o Autor se refere quando diz (na tradução inglesa: *he also did away with the high places, stone pillars and Asherahs* (pág. 114), mas que, outra vez seguindo Mattos Soares, o tradutor substituir por “e os bosques” (pág. 96). Eram destruídos os bosques consagrados ao culto da divindade dos cananeus, mas não todos os bosques.

Para finalizar, é preciso mais uma vez chorar a “economia” editorial. Todos os índices, com exceção do sumário da obra, foram eliminados da edição brasileira. Os índices dos textos bíblicos, incluindo os apócrifos, e das referências a Josefus, bem como o dos quase cem autores mencionados, foram subtraídos. Faltam os mapas (sete), tão importantes para a boa compreensão do texto. Faltam todas as fotografias, aliás excelentes, nada menos que 36, no texto e fora dele, como a do óstraco de Samaria inscrito no tempo do reinado de Jero-

boão II (781-753). Há também a notar o fato de que, ao optar pela tradução do Pe. Matos Soares, viu-se o tradutor na necessidade de seguir a norma aí empregada na numeração dos Salmos e na denominação de alguns dos livros do Antigo Testamento, mas, ao tomar esse caminho, distraiu-se por vezes, fazendo as referências segundo a norma hebráica, que é a da R. S. V., causando inevitavelmente confusão no espírito dos leitores menos familiarizados com as diferentes edições das Escrituras, ou tornando-se ele próprio incoerente, como quando, depois de ter substituído o nome do livro de Neemias pelo de 2º Esdras, à pág. 124, logo duas páginas adiante distraidamente não “acertou” o que estava no original e escreveu: “a ordem cronológica dos livros de Esdras e Neemias” (pág. 126).

Temos a certeza de que, na próxima edição, que, aliás, tanto se faz necessária, o excelente livro de Beek mereça mais cuidada revisão.